

EAMONN BUTLER

# LIBERDADE É PROSPERIDADE

A FILOSOFIA DE  
**AYN  
RAND**

*O pensamento  
revolucionário de  
uma das maiores  
escritoras do  
século 20*





EAMONN BUTLER

# LIBERDADE É PROSPERIDADE

A FILOSOFIA DE AYN RAND

*O pensamento revolucionário de uma  
das maiores escritoras do século 20*

Tradução:  
Matheus Pacini



**COPYRIGHT © AYN RAND - AN INTRODUÇION, BY EAMONN BUTLER  
FIRST PUBLISHED BY THE INSTITUTE OF ECONOMICS AFFAIRS,  
LONDON, IN 2018.**

**COPYRIGHT © FARO EDITORIAL, 2020**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito do editor.

Diretor editorial **PEDRO ALMEIDA**

Coordenação editorial **CARLA SACRATO**

Preparação **DANIEL RODRIGUES AURÉLIO**

Revisão **BARBARA PARENTE**

Capa e diagramação **OSMANE GARCIA FILHO**

Imagem de capa **OSCAR WHITE | GETTYIMAGES**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Butler, Eamonn

Liberdade é prosperidade : A filosofia de Ayn Rand /  
Eamonn Butler ; tradução de Matheus Pacini. — São Paulo :  
Faro Editorial, 2019.

144 p.

ISBN 978-65-86041-07-1

Título original: Ayn Rand An Introduction

1. Rand, Ayn, 1905-1982 2. Filósofas 2. Escritoras - Biografia  
I. Título II. Pacini, Matheus

20-1050

CDD 191

Índice para catálogo sistemático:

1. Filósofas - Estados Unidos 191



1ª edição brasileira: 2020

Direitos de edição em língua portuguesa, para o Brasil,  
adquiridos por FARO EDITORIAL

Avenida Andrômeda, 885 – Sala 310

Alphaville – Barueri – SP – Brasil

CEP: 06473-000 – Tel.: +55 11 4208-0868

www.faroeditorial.com.br

# SUMÁRIO

**13** POR QUE AYN RAND É IMPORTANTE?

---

**23** A VIDA DE RAND E SEUS ESCRITOS

**33** RESUMO DA VISÃO DE MUNDO DE RAND

**41** RAND SOBRE A NATUREZA DA REALIDADE

**47** COMO ENTENDEMOS O MUNDO

**57** RAND SOBRE MORALIDADE

**71** POLÍTICA E ECONOMIA

**83** RAND SOBRE QUESTÕES PÚBLICAS

**93** A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA ARTE

**103** OS ROMANCES DE AYN RAND

**117** OS CRÍTICOS DE RAND

---

**133** LEITURAS ADICIONAIS

**141** QUEM É AYN RAND?

# A VIDA DE RAND E SEUS ESCRITOS

## INFÂNCIA CONTURBADA NA RÚSSIA

---

### **AYN RAND NASCEU ALISA ZINOV'YEVNA ROSENBAUM EM**

1905, a primeira de três filhas de uma família russo-judaica de classe média de São Petersburgo. Aos nove anos, já tinha decidido se tornar escritora — inspirada pela história do heroico soldado inglês Cyrus Paltons que havia lido numa revista infantil. Após sua mãe levá-la ao cinema, Rand se apaixonou pela escrita de roteiros.

Em 1917, quando ela tinha apenas doze anos, Petrogrado (como São Petersburgo era então chamada) tornou-se o foco das Revoluções de Fevereiro e Outubro. Quando os bolcheviques chegaram ao poder, confiscaram a farmácia de seu pai e a casa da família.

Para fugir do conflito e das terríveis condições de vida na cidade — retratadas de forma impactante em seu romance semiautobiográfico *We the Living* (1936) —, a família se mudou para a Crimeia. Seu pai abriu uma nova farmácia, mas essa também foi nacionalizada

logo após a chegada do Exército Vermelho. Então, em 1921, quando completou o ensino médio, Alisa retornou a Petrogrado.

Ela foi uma das primeiras mulheres a se matricular numa universidade estatal. A história e a política dos Estados Unidos, assim como peças, música e cinema ocidentais a inspiravam. Além dos romancistas Fiódor Dostoiévski e Victor Hugo, que tinha lido na Crimeia, agora tinha descoberto outros pensadores — como Aristóteles — que viriam a influenciar sua carreira.

Mas (novamente como a heroína Kira em *We the Living*) ficou desanimada pela supressão comunista do livre pensamento e da livre expressão. Junto com outros estudantes “burgueses”, foi expulsa da universidade. Porém, após o protesto de alguns professores estrangeiros, completou seus estudos em 1924.

Nesses tempos sombrios, dedicou ainda mais tempo a peças, operetas e filmes ocidentais. Determinada a se tornar roteirista, entrou para o Cinematic Institute em Leningrado (como os soviéticos tinham renomeado a cidade), onde escolheu seu nome profissional de Ayn Rand. Ela sabia que não tinha futuro numa sufocante Rússia comunista, e ansiava por fazer parte da cultura de possibilidades retratada nos filmes americanos. Obteve um visto para visitar parentes em Chicago e, com a ajuda dos pais, viajou aos Estados Unidos. Mas ela não tinha intenção de voltar.

## **NOVA CARREIRA NOS ESTADOS UNIDOS**

---

Pousando em Nova York, em 1926, Rand foi arrebatada pelo impressionante (e, para ela, heroico) horizonte de inverno. Logo seguiu para Chicago, onde um de seus parentes tinha um pequeno

cinema, permitindo-lhe saciar sua paixão por filmes. Renovou o seu visto e, com US\$ 100 emprestados e uma carta de recomendação de um distribuidor de filmes próximo de seus parentes, partiu para a Califórnia.

Em seu segundo dia em Hollywood, teve um encontro casual com o grande cineasta Cecil B. DeMille — que a viu olhando para ele na saída dos estúdios. Ele a contratou como figurante no filme religioso *King of Kings*. Duas semanas depois, Rand conheceu o jovem ator Frank O'Connor, com quem se casou em 1929, alguns dias antes de seu visto expirar. Ela se tornou cidadã norte-americana em 1931.

Rand revisou roteiros para DeMille, depois trabalhou no figurino do estúdio RKO Picture enquanto aperfeiçoava suas próprias habilidades de escrita. Em 1932, vendeu seu primeiro roteiro, *Red Pawn*, um drama de espionagem que se passava numa ilha-prisão russa, para a Universal Studios. *A noite de 16 de janeiro*, drama que se passava num tribunal (em que os membros da plateia agem como júri), foi produzido em Hollywood em 1934 e na Broadway em 1935. Pouco a pouco, Rand se tornava uma escritora de sucesso. Para avançar na carreira, e já prevendo sua temporada na Broadway, Frank e ela se mudaram para Nova York no final de 1934.

Em 1934, finalizou seu romance *We the Living*, mas seu retrato da realidade brutal da vida na União Soviética conflitava com o clima da “Década Vermelha”, em que os intelectuais ocidentais elogiavam ativamente o comunismo por sua visão ousada. Tampouco o conceito russo de “romance filosófico” se adaptava bem à cultura americana. Por fim, o livro foi publicado em 1936, recebendo resenhas negativas, embora estivesse sendo bem recebido fora dos Estados Unidos (tendo sido, sem o conhecimento de Rand, transformado em dois filmes na Itália). Pelas mesmas razões, foi



sua editora no Reino Unido que, em 1938, lançou seu segundo livro, *Cântico*, uma noveleta que se passava num futuro distópico em que a ideia de individualidade foi extinta.

## O GRANDE LANÇAMENTO

Não obstante, foi muito encorajada por Isabel Paterson, colunista literária e proeminente pensadora libertária do *New York Herald Tribune*, com quem trocava ideias e que assegurou Rand de sua originalidade.

*A nascente*, o romance que a popularizou no mercado literário, foi publicado em 1943 com reações mistas. Críticos desaprovaram o seu tamanho (setecentas páginas) ou viram em seus personagens reproduções estéreis e antipáticas das visões da autora. Mas o boca a boca transformou *A nascente* num grande sucesso literário que, em 1945, já tinha alcançado a sexta colocação na lista dos mais vendidos do *New York Times*.

Como em *We the Living*, seu tema é individualismo *versus* coletivismo — mas, dessa vez, no domínio da criatividade em vez da política. Romance filosófico, seu enredo gira em torno de Howard Roark, um arquiteto visionário e moderno de princípios firmes e inflexíveis — a primeira personificação do homem ideal de Rand — e a heroína Dominique Francon, que partilha de seus valores, mas que preferiu se afastar do que considera um mundo desprezível e tomado pela mediocridade.

*A nascente* tornou Rand famosa como defensora do individualismo. Um de seus leitores e admiradores mais famosos era o ator Gary Cooper, que ofereceu seus serviços à Warner Bros para fazer

o papel de Roark no cinema. Rand aceitou voltar a Hollywood para escrever o roteiro, sob a condição de que o estúdio não mudasse nem uma palavra — condição essa que, apesar de discussões, foi honrada.

Quando o filme foi lançado em 1949, críticos apontaram novamente os personagens mais como porta-vozes de uma filosofia do que seres humanos reais. O filme não foi um sucesso comercial, porém atraiu muitos curiosos que impulsionaram as vendas do livro e renderam muito dinheiro a Rand — permitindo que Frank e ela comprassem uma grande casa de campo (apropriadamente modernista) na Califórnia.

## A REVOLTA DE ATLAS

---

Rand se opunha ativamente à divulgação de filmes simpáticos ao comunismo em Hollywood. Em seu *Screen Guide for Americans*, explicou como os cineastas poderiam detectar e resistir à propaganda comunista em seus roteiros. Em 1947, ela compareceu como testemunha amigável frente à House Un-American Activities Committee. Tudo isso aprofundou a relação já hostil entre ela e os intelectuais de esquerda que dominavam o cinema, a literatura e a crítica.

A essa altura, Rand já trabalhava num novo romance, *A revolta de Atlas*. Para finalizá-lo, regressou a Nova York, onde um grupo de admiradores — ironicamente nomeado de “o coletivo” — se uniu a ela.

Com suas 1.200 páginas, *A revolta de Atlas* foi publicado em 1957. Segundo Rand, seus temas eram “o papel da mente na

existência do homem” e sua nova moralidade do *egoísmo racional*. O romance retrata uma economia em crise em que pessoas criativas se recusam a ser exploradas pelos outros, optando por fundar sua própria sociedade baseada no *egoísmo* — uma negação a viver sua vida pelo bem dos outros ou esperar que eles vivam por você. Como em *A nascente*, o enredo envolve um caso amoroso entre a diretora de uma companhia ferroviária, Dagny Taggart, e o inovador magnata do aço, Hank Rearden — e, depois, com o idealizador da greve, John Galt.

Os críticos desprezaram o tom polêmico do romance, sua política e seu tamanho. Mas milhões de leitores acharam o livro, a história e os personagens cativantes — e ainda pensam assim. A obra logo alcançou o terceiro lugar na lista dos mais vendidos do *New York Times*, tornando-se um dos livros mais influentes do mundo. Hoje, continua vendendo dezenas de milhares de cópias ao ano.

## O MOVIMENTO OBJETIVISTA E SEUS DESCONTENTES

A fama de Rand trouxe consigo convites para palestrar em faculdades e participar de programas de tv — seu estilo direto e paixão evidente por suas convicções não convencionais conquistavam audiências.

Em 1962, Rand criou um periódico, *The Objectivist Newsletter*, que se transformou em um periódico ainda maior, *The Objectivist*. Em 1971, foi renomeado como *The Ayn Rand Letter*. Muitos dos ensaios ali presentes foram transformados em uma série de livros de não ficção, incluindo *A virtude do egoísmo* (1964), sobre ética; *Capitalism: The Unknown Ideal* (1966), sobre economia e política;

# RESUMO DA VISÃO DE MUNDO DE RAND

**EM UMA CONFERÊNCIA DE VENDAS PARA A REVOLTA DE Atlas**, Rand foi questionada se poderia explicar sua filosofia — como entendia o mundo e a humanidade — enquanto se equilibrava numa única perna. Ela o fez, com as seguintes palavras:

“Metafísica [*a natureza do universo*] – realidade objetiva;  
Epistemologia [*como podemos conhecer o universo*] – razão  
Ética [*os princípios morais que guiam nossa vida*] – autointeresse; egoísmo racional.  
Política [*os princípios da organização social*] – capitalismo.”

Ela ainda não tinha escrito a fundo sobre arte, mas poderia ter adicionado:

“Estética [*os princípios da arte*] – romanticismo.”

Essas definições resumem bem a filosofia do Objetivismo de Ayn Rand. Para ela, a filosofia era vital para todas as questões humanas. Não podemos escolher corretamente os princípios políticos de uma sociedade sem ligá-los aos princípios morais compatíveis com a vida humana. Por sua vez, esses princípios morais devem se basear em um conhecimento claro do mundo e seu funcionamento. E, para isso, precisamos usar um método lógico e válido.

Para prosperarmos, portanto, devemos conduzir nossas vidas de *forma objetiva* e viver com base na realidade propriamente entendida por meio da razão e da lógica. Não podemos prosperar seguindo nossos caprichos, preconceitos ou ilusões. Devemos *escolher* aceitar a realidade, pensando de forma racional e objetiva.

## RAND SOBRE A REALIDADE

---

A metafísica de Rand reflete sobre nossa busca pela natureza última da realidade, das coisas e da existência. Em que tipo de mundo vivemos? Ele é real ou apenas uma ilusão? Ele é natural, ou controlado por um ente sobrenatural?

Rand insiste que o mundo é real e natural. Existem coisas sólidas ao nosso redor, das quais tomamos conhecimento quase automaticamente. E também sabemos que essas coisas existem, e continuam a existir, mesmo quando não estamos olhando. Em outras palavras, a própria *existência* é real — ou, como Rand afirma, “a existência existe”. Nosso mundo, ela conclui, não é um sonho, nem algo mágico, ilógico ou arbitrário. As coisas existem e se relacionam entre si sem contradições: somos rodeados por coisas sólidas e fatos sólidos.

# RAND SOBRE A NATUREZA DA REALIDADE

**PARA RAND, NOSSA VISÃO DE MUNDO – OU FILOSOFIA –** influencia todo aspecto de nossa conduta. Para prosperar em nossas atividades pessoais, sociais, políticas ou econômicas, precisamos ter um entendimento claro do mundo e da natureza humana.

*A Metafísica*, que é o estudo da natureza fundamental da realidade e da existência, é um bom lugar para começar. Embora muitos filósofos tenham questionado se o mundo que vivenciamos poderia ser um sonho, uma distorção, uma ilusão ou mero reflexo de uma realidade mais profunda, Rand adota a visão do bom senso. O mundo de que estamos cientes, ela insiste, é a realidade. O nosso desafio é entendê-lo.

Somos automaticamente cientes da existência das coisas: podemos vê-las e tocá-las. Mas embora nossas sensações e percepções nos informem de que as coisas existem, não nos dizem o que elas são. Se quisermos sobreviver e prosperar, é nisso que deveríamos focar. E quando aplicamos nossa razão a esse problema, descobrimos que o mundo não é mistério ou ilusão, mas

uma realidade de coisas e fatos sólidos. É *nessa* realidade que nossas vidas e atividades deveriam ser baseadas.

## AXIOMAS BÁSICOS

Para mostrar as razões de sua argumentação, Rand começa com três *axiomas* — declarações de fatos que, afirma ela, são verdades autoevidentes.

Primeiro, sabemos que as coisas existem. Nossos cérebros nos tornam cientes delas. Podemos não conhecer sua natureza específica — exatamente o que são ou como se comportam —, mas sabemos que estão aí. E sabemos que não desaparecerão quando não estivermos olhando. Elas têm uma existência própria. Ou, como Rand afirma: “a existência existe”.

Segundo, estamos cientes de que as coisas existem. Nós as percebemos e estamos conscientes delas. Isso significa que nós devemos existir, e que nossa consciência existe. O fato de sermos conscientes também implica que as coisas existem. Não podemos ter consciência do nada; temos de ter consciência de alguma coisa.

Terceiro, ser algo implica que uma coisa deve ter uma *identidade* — um conjunto de atributos que a distinguem como uma coisa particular, e não outra. Rand coloca: “Existência é identidade” ou “A é A” — não se pode separar a existência de algo (que é) de sua essência (o *que* aquilo é). Uma coisa tem de ser algo, e não pode ser, ao mesmo tempo, outra coisa. Essa é *lei da identidade*.

Existência, consciência e identidade estão, portanto, interligadas. E são autoevidentes: não requerem prova além do que vivenciamos. De fato, diz Rand, para desmenti-las, teríamos que as

presumir: não é possível propor nenhum argumento sem referência a coisas e sua consciência delas. Juntos, esses axiomas formam a base de todo o nosso conhecimento e capacidade de raciocínio.

## IDENTIDADE E CAUSALIDADE

A percepção, que nos diz que as coisas são — que elas existem —, é automática. Mas a razão, que nos permite entender o que as coisas são, e como se comportam, não é automática. Ela requer escolha. Exige que pensemos, e pensemos objetivamente.

Para explicar o processo, Rand imagina como uma criança aprende a ver o mundo. No início, a criança experimenta apenas uma confusão de diferentes cores, cheiros, ruídos, sabores e outras sensações. Mas o cérebro da criança conecta automaticamente essas coisas em grupos de sensações — percepções — que a tornam capaz de ter consciência de coisas, e não apenas de sensações individuais e aparentemente aleatórias. Então, em vez apenas de um borrão de cores e formas, ela vê a coisa como um todo, a entidade por inteiro, como uma mesa, por exemplo.

Logo depois, a criança observa os atributos, a escala, as ações e as relações dessas entidades, vindo a perceber como se comportam e como a afetam de formas diferentes, porém consistentes. Uma mesa, por exemplo, é dura ao toque, enquanto um ursinho de pelúcia é macio. Um cachorro corre e late, mas uma tábua não. Uma tábua pode esmagar um ursinho de pelúcia, mas ursinhos não podem esmagar mesas. A maneira como as coisas se comportam e afetam outras coisas — *causalidade* — também faz parte de



sua identidade. A causalidade, como dito por Rand, é a lei da identidade aplicada à ação.

## EXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA

---

A criança também nota outra coisa. Ao fechar os olhos, as coisas parecem desaparecer; ao abri-los novamente, vê que ainda estão lá, inalteradas. É assim que nos tornamos cientes da existência, e de nossa própria consciência. Tornamo-nos cientes de que as coisas têm uma existência própria, independente de nós. Não podemos mudar a existência fechando nossos olhos ou desejando que as coisas sejam diferentes.

É por isso que, segundo Rand, é inútil simplesmente desejar que as coisas sejam diferentes, rezar para que mudem ou esperar que desapareçam se as ignorarmos. As coisas continuam inescapavelmente da forma que são: existem e se comportam de acordo com sua natureza fundamental, sejam quais forem nossos desejos ou intenções particulares. Ou, como diz ela, a existência tem primazia sobre a consciência.

Em outras palavras, não podemos afirmar conhecer o mundo olhando para dentro, para nossos sentimentos; precisamos olhar para fora, para os fatos da realidade. O mundo não é produto de nossa imaginação, diz Rand, nem algo que podemos criar ou mudar à vontade. Ele é um dado, e deve ser respeitado como tal.

# COMO ENTENDEMOS O MUNDO

**ESTE SEGUNDO RAMO É A EPISTEMOLOGIA – COMO OBTEMOS** conhecimento e entendimento sobre a realidade. Não o *que* sabemos (novamente, isso é ciência), mas *como* sabemos.

## O PROCESSO DE ENTENDIMENTO

---

Dados brutos sobre o mundo chegam até nós, explica Rand, através dos sentidos. Nosso cérebro automaticamente detecta aquele fluxo aparentemente aleatório de sensações não relacionadas e as processa em *percepções* coerentes. Elas nos tornam cientes de que as coisas existem.

Mas entender o que essas coisas *são* não é um processo automático. Requer um ato de vontade de nossa parte — o uso deliberado da mente e — para transformar percepções cruas *de* coisas

em conhecimento útil *sobre* elas. Esse processo deliberado é o que Rand chama de *razão*.

A razão envolve a integração consciente de nossas percepções em agrupamentos mentais chamados de *conceitos*. É pelo desenvolvimento, refinamento e teste de nossos conceitos que podemos compreender a verdadeira natureza das coisas. Isso demanda foco e esforço, já que não nascemos com uma mente repleta de conceitos que refletem verdadeiramente a realidade. Precisamos aprender e seguir regras sólidas de raciocínio se quisermos criá-los. Precisamos manter nosso raciocínio objetivo — e não distorcido por nossos preconceitos, sonhos ou caprichos.

### **A VALIDADE DOS SENTIDOS**

Alguns céticos afirmam que o argumento de Rand falha no primeiro obstáculo. Não podemos ter conhecimento válido do mundo, dizem eles, porque nossos sentidos podem distorcer a realidade que nos transmitem. Mas, para Rand, nossas percepções são perfeitamente válidas. A única função de nossos sentidos é nos tornar conscientes da existência de algo. Então, depende de nossa razão entender exatamente o que existe.

Realidade e consciência estão interligadas. Nossas sensações se originam parcialmente da natureza de objetos reais, e parcialmente da natureza de nossos próprios órgãos sensoriais. Podemos experimentar a realidade de forma diferente — como acontece entre pessoas com visão normal e daltônicas — mas é a mesma realidade, diz Rand, como a razão pode nos demonstrar.

Cor, sabor e outras sensações não estão apenas “na mente”, independentes de objetos reais. Tampouco são qualidades intrínsecas dos objetos, independentes de nós. Em vez disso, são os efeitos dos objetos sobre nós. E é assim que percebemos a

realidade. Não há distorção: tanto o objeto como nossos sentidos fazem parte de nossa percepção. Erros e distorções só podem ocorrer quando começamos a pensar de forma consciente sobre o que essas percepções realmente representam.

### **ESTÁGIOS INICIAIS DA CONSCIÊNCIA**

Existem diversos estágios nesse processo. Como já destacado, bebês experimentam primeiro sensações aparentemente isoladas, aleatórias. Depois, nossos cérebros jovens integram automaticamente essas sensações em percepções. Então, em vez de experimentar uma confusão de figuras e formas verdes e marrons, por exemplo, percebemos um conjunto coerente de sensações (um preceito), que um adulto chamaria de “árvore”.

Estamos agora cientes de uma coisa, uma entidade, algo diferente de outras entidades e sensações subjacentes. Em um primeiro momento, todo preceito — cada “árvore” individual que percebemos — parece única. Mas, novamente, nossos cérebros jovens começam automaticamente a perceber diferenças, semelhanças e relações entre elas. Passamos a ver entidades não mais como únicas, mas como membros de um grupo de objetos (“árvores”) que têm características que as unificam.

### **FORMAÇÃO DE CONCEITOS**

Até aqui, o processo é automático — em humanos e animais. Mas, agora, passamos a fazer algo unicamente humano, crucial para nosso entendimento e sobrevivência. Após nossos cérebros terem isolado automaticamente esses preceitos, distinguindo suas similaridades e diferenças, aplicamos a nossa razão, integrando-os em novos grupos — em novas entidades mentais, que chamamos de *conceitos*.

# RAND SOBRE MORALIDADE

**PENSAR SOBRE VALORES E AÇÕES MORAIS É DE VITAL** importância para os seres humanos, afirma Rand, porque — de forma única entre os seres vivos — temos a habilidade de escolher como nos comportamos, como tratamos os outros, e as virtudes e os ideais aos quais aspiramos. Mas, se quisermos fazer *boas* escolhas morais, precisamos primeiro fazer outra escolha. Precisamos escolher pensar *objetivamente* — isto é, usar a nossa razão e foco para estabelecer a verdadeira natureza das coisas, sem escorregar ou evadir. Rand explica o que essa escolha implica de forma tão concisa quanto resumiu sua filosofia em geral:

“Para qual fim o homem deveria viver? – Resposta: *vida*.

Por quais princípios básicos deveria agir para alcançar tal fim?

– Resposta: *razão*.

Quem deveria lucrar com suas ações? – Resposta: *ele próprio*.”

## FATOS E VALORES

---

Por séculos, filósofos morais têm refletido sobre o problema de como provar a validade de seus julgamentos morais. Podemos provar fatos — o que *é* —, mas como provar valores — o que *deve ser*? Quase sempre adotam uma de duas respostas possíveis: ou que a religião, a tradição ou outra autoridade nos dizem que valores e ações são bons ou ruins; ou que bem e mal, certo e errado, são meramente questões de opinião pessoal.

Nenhuma delas, protesta Rand, é objetiva: ambas consideram fatos e lógica como irrelevantes. Mas valores morais *são* objetivos, insiste ela. Eles *podem* ser derivados logicamente dos fatos. Assim como a razão pode nos mostrar a natureza da realidade, também pode nos mostrar a natureza do bem e do mal. Essa busca — *ética* — é racional: na medida em que escolhemos usar nossas mentes, podemos descobrir valores morais por meio da razão.

E o fato principal do qual derivam os valores morais é a vida, diz ela.

## VIDA E VALOR OBJETIVO

---

Um *valor*, explica Rand, é algo que os seres humanos se esforçam para conquistar (ou manter). Podem, por exemplo, valorizar conforto e segurança, agindo para garanti-los pela busca de objetivos específicos (como alimento, água e abrigo). Mas todos esses valores e metas servem a um fim último: a *autopreservação* de sua vida.

# POLÍTICA E ECONOMIA

**OS PRINCÍPIOS DA BOA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, DIZ RAND,** são resultado de nossos princípios morais, que se baseiam, é claro, em nosso conhecimento e na realidade que o molda. Boa filosofia é essencial para a boa política e economia.

## **PRINCÍPIOS POLÍTICOS RACIONAIS**

---

A política de Rand é baseada nos *direitos*, a ligação entre nossas ações pessoais e sociais. Eles subordinam as ações sociais à lei moral.

Direitos são princípios morais que determinam quando indivíduos podem agir livremente, sem precisar da permissão de ninguém. Direitos não exigem que outras pessoas façam alguma coisa, apenas que sejam respeitados: não podemos violar moralmente os direitos dos outros.

Para Rand, os direitos se originam de nossa natureza humana. Nossa sobrevivência como seres humanos plenos os tornam vitais para nós. Como a vida é nosso valor mais elevado e nosso padrão moral, o *direito à vida* se torna nosso direito mais básico. Sem ele, não podemos existir.

Mas também existem outros direitos. Para sobreviver e florescer como seres humanos no longo prazo, precisamos ser capazes de pensar, ter valores, julgar, fazer escolhas e agir consistentemente sobre elas, e manter nossa motivação e perspectiva — sem intromissão dos outros. Isso, afirma Rand, implica outro direito — o *direito à liberdade*: o direito de escolher, pensar e agir de acordo com nosso julgamento.

Isso também implica *direitos de propriedade* — o direito de adquirir, manter, usar e dispor de bens materiais que valorizamos. Novamente, isso é parte de nossa natureza: não tiramos nosso sustento vivendo apenas do ambiente, mas ao modificá-lo com tecnologias como agricultura e manufatura. Para sobreviver, devemos ser livres para desenvolver essas tecnologias e usar os bens materiais que produzimos. Restrições aos direitos de propriedade são, portanto, restrições à vida.

### **O QUE OS DIREITOS NÃO SÃO**

Direitos, assegura Rand, não são concedidos pela “sociedade”, mas sim nos protegem dela. Não temos que “pagar” por nossos direitos “dando algo de volta”. Direitos tampouco nos permitem pegar o que pertence aos outros. Não existe “direito” ao emprego, à moradia, à educação, à saúde, à assistência governamental, porque exigem que outras pessoas paguem por eles.

Só indivíduos têm direitos; grupos, não. Indivíduos são soberanos, e não engrenagens da máquina coletivista. Nenhum



“coletivo” tem quaisquer direitos sobre sua mente, esforço ou trabalho, pois isso lhe tiraria o necessário para sobreviver como um ser humano pleno. (E seria um ato fútil, já que apenas mentes livres, independentes e pensantes podem ser produtivas — daí a razão do fracasso do coletivismo, diz Rand). Mas respeitar os direitos dos outros a viver, pensar e produzir beneficia a todos, pois promove uma economia e uma sociedade criativa e próspera.

### O PAPEL DO ESTADO

Direitos podem ser violados pela iniciação da força. A única resposta a ela, como já mencionado, é a força retaliatória. Mas não podemos deixá-la nas mãos das vítimas, que podem culpar a pessoa errada ou responder com violência desproporcional. Então, em vez disso, renunciamos ao uso pessoal da força, concedendo seu monopólio a uma agência independente que pode proteger nossos direitos fazendo uso de *justiça objetiva* — o uso neutro e proporcional da força contra agressores. Chamamos essa agência de *estado*.

A administração da justiça objetiva exige que o estado siga princípios claros e objetivos. Por exemplo, deve haver *regras de evidências* objetivas para estabelecer o grau e a autoria da violação dos direitos de alguém. Deve haver *leis* objetivas que proibam atos específicos (e não conceitos amplos e vagos como obscenidade, blasfêmia e restrição ao comércio, diz Rand), bem como regras objetivas que balizem punições apropriadas. Essas regras permitem que a violência seja detida, sem força excessiva ou mal direcionada.

Outra função da justiça estatal é fazer valer os contratos. Seres humanos não são animais solitários, muito menos animais sociais, mas sim animais *contratuais*, diz Rand. Engajamo-nos em planejamento de longo prazo, fechando acordos de colaboração e comércio com os outros para alcançar nossos objetivos. Mas, para

que isso funcione, as pessoas devem manter as suas promessas — e serem forçadas a isso, se necessário. Também precisamos de um meio para resolver disputas sobre o que foi, de fato, acordado. Novamente, em vez de permitir que as pessoas briguem por desacordos honestos, deixamos que os tribunais decidam.

### **GOVERNO DEVE SER LIMITADO**

Na visão de Rand, proteger nossos direitos é o único papel justificável do governo. Nenhuma outra função estatal pode ser justificada a menos que *todo mundo* consinta livremente, dado que qualquer propósito forçado sobre alguém viola seus direitos. Logo, o governo não pode intervir na vida moral e intelectual de seus cidadãos, dizendo-lhes o que pensar e como se comportar — e muito menos se intrometer na produção ou distribuição de bens e serviços, ou na construção de estradas, hospitais, parques ou escolas.

Isso não é *democracia*, em que a maioria decide o que fazemos. O governo não é *pai* de seus cidadãos, mas apenas seu *agente*. Em vez disso, Rand defende uma *república* baseada no consentimento dos indivíduos que a compõem.

Damos ao governo o monopólio da coerção para que proteja nossos direitos, porém, o mau uso potencial desse poder torna o governo uma ameaça ainda maior aos nossos direitos do que os próprios criminosos. Para nossa própria segurança, o governo deve ser limitado. Esse é o propósito das constituições: impor limites sobre a forma como um governo pode usar seu monopólio de força.

Um governo limitado e focado nos pouparia do mal da tributação. Rand insiste que o imposto, uma tomada à força de nossa propriedade, é uma forma de roubo — não apenas de nosso dinheiro, mas do produto de nossa mente. Numa sociedade

livre, o financiamento das poucas funções legítimas do estado deveria ser voluntário.

## OUTRAS FILOSOFIAS POLÍTICAS

---

Como vimos, não existe um “direito” ao emprego, à moradia ou ao assistencialismo. A ajuda mútua e voluntária entre indivíduos é perfeitamente moral, mas não podemos forçar ninguém a isso. Então, não existe garantia automática de segurança.

A ideia do estado assistencialista, diz Rand, origina-se da premissa coletivista de que somos apenas parte de uma tribo que tem prioridade sobre nós, e que, como o governo sabe melhor como empregar os recursos da tribo, tem o “direito” de tomá-los à força. Mas não existe uma forma objetiva de determinar quem “merece” o apoio forçado dos outros. Em sociedades “democráticas”, a decisão é tomada pela regra da maioria. Isso, no entanto, invariavelmente viola os direitos da minoria. Para Rand, isso é o mesmo que a regra do mais forte, na qual a gangue mais brutal prevalece.

Ela também critica o *anarquismo* — a ideia de que não precisamos de nenhum governo —, pois nos expõe à predação de criminosos. É impossível pensar ou produzir num ambiente de medo, no qual temos que carregar armas, fortificar nossas casas e formar gangues para nos protegermos. A existência do estado envia um sinal de que é melhor não usar a força, porque haverá retaliação.

Lembre que mesmo cidadãos racionais e morais precisam de leis objetivas e meios para resolver desacordos honestos — o que significa que precisam de um governo.

## O PROCESSO DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA

---

Rand explica o processo artístico. Artistas — como pintores, escultores, romancistas, poetas, roteiristas, dançarinos ou músicos — desejam comunicar algo importante. Em sua arte, isolam e destacam elementos essenciais, o que pensam ser importante, deixando de lado o que consideram insignificante ou acidental. Na pintura de uma mulher elegante, um retratista não replicaria uma ferida que pudesse estar no lábio dela; isso é acidental e irrelevante para o que ele deseja comunicar. (Mas outro artista poderia incluí-la, precisamente para apontar a futilidade da vaidade humana).

Por esse processo seletivo, o artista faz uma recriação da realidade — não de uma realidade falsa, mas do que pensa ser importante nela. E isso tem o potencial de se tornar conhecimento, já que pode nos dar uma melhor compreensão de nosso mundo ou um ideal útil a que podemos aspirar.

## O PAPEL FUNDAMENTAL DA ARTE

---

Isso, segundo Rand, torna a arte fundamental para nossa sobrevivência como seres humanos plenos. Adquirimos conhecimento ao formar conceitos. Uma obra de arte pode integrar muitas abstrações complexas relativas à nossa própria existência. Ao retratá-los de forma concreta, ajuda a manter nossas abstrações firmemente enraizadas na realidade. E a forma concreta da arte nos permite experimentar aqueles conceitos diretamente, permitindo-nos ver a realidade complexa e imediata de conceitos